



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



REGINALDO TURINI

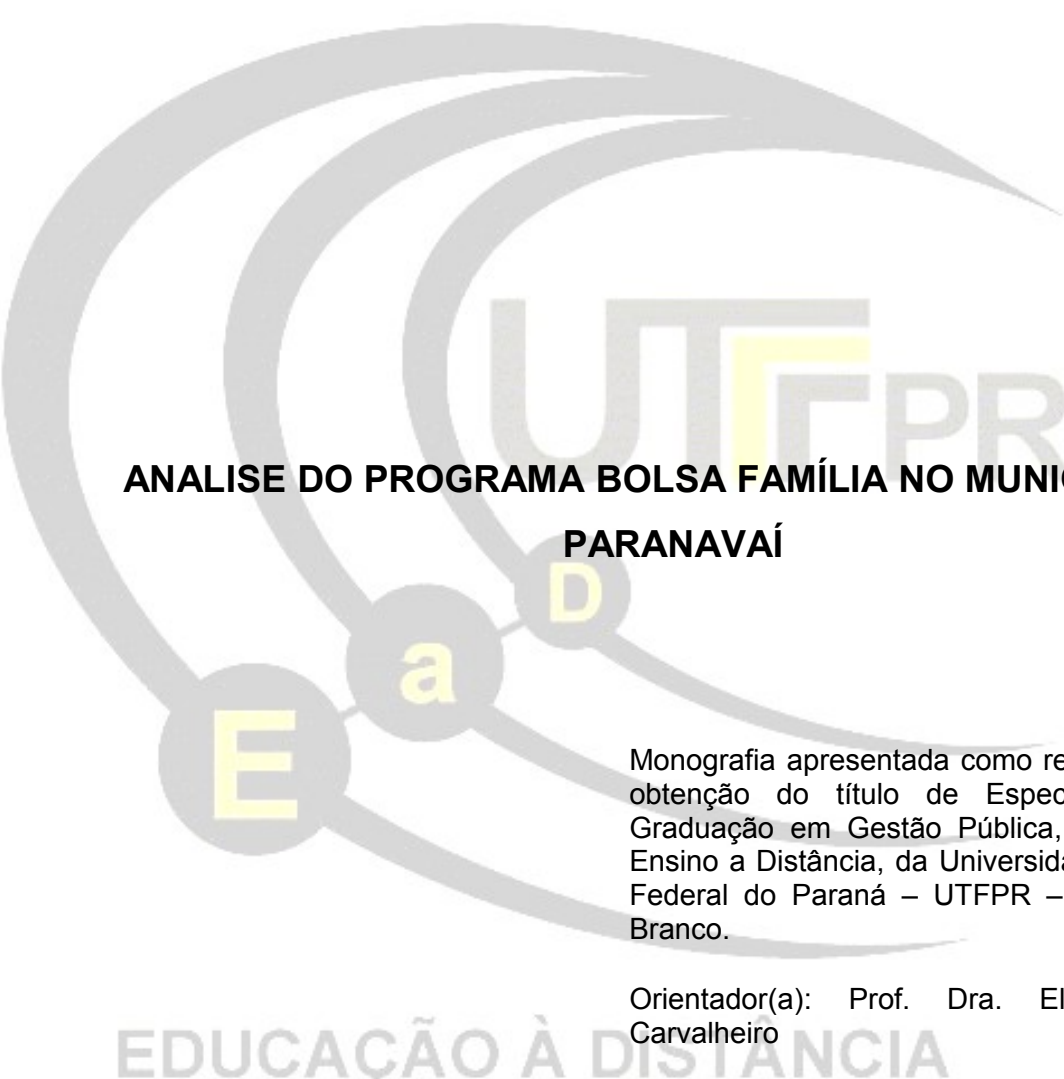
**ANALISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
PARANAVAÍ**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO

2014

REGINALDO TURINI



**ANALISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
PARANAVAÍ**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco.

Orientador(a): Prof. Dra. Elizângela Mara Carvalheiro

PATO BRANCO

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

Análise do Programa Bolsa Família no Município de Paranavaí

Por

Reginaldo Turini

Esta monografia foi apresentada às 09h do dia **25 de Outubro de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Câmpus* Pato Branco. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^ª. *Dra.* Elizângela Mara Carvalheiro
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco
(orientadora)

Professor Ms. Herus Pontes
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

Professor Dr. Neimar Follmann
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

Dedico à minha esposa Sandra e meu filho Arthur.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pelos bons exemplos e educação que me deram.

À minha orientadora professora Elizângela Mara Carvalheiro, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública, professores da UTFPR, *Campus* Pato Branco.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

TURINI, Reginaldo. Análise do Programa Bolsa Família no Município de Paranavaí. 2014. 39 folhas. Monografia (Especialização Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

Este trabalho teve como temática o Programa Bolsa Família no município de Paranavaí. O Programa faz parte das políticas públicas de distribuição de renda, que o Estado implementou na tentativa de diminuir a desigualdade de renda existente no país. Essa desigualdade advém de séculos da má distribuição baseada num sistema de concentração de renda que tem como origem aspectos políticos e socioeconômicos variados. A finalidade deste trabalho é realizar uma análise sobre a eficiência do programa no âmbito do município. Este apresenta a evolução das idéias relacionadas à questão social, desde os primeiros movimentos sociais em meados do século XIX até a atualidade. Por fim é feito um levantamento dos dados relacionados ao Bolsa Família no Município de Paranavaí dos quais, após análise, foram extraídas informações com o intuito de demonstrar qual a eficiência do programa na promoção da inclusão social das famílias de baixa renda.

Palavras-chave: Política Pública. Distribuição de Renda. Inclusão Social. Pobreza.

ABSTRACT

TURINI, Reginaldo. Analysis of the Bolsa Família Program in the Municipality of Paranaíba. 2014. 39 folhas. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

This work had as its theme the Bolsa Família Program in the municipality of Paranaíba. The program is part of the public policy of income distribution, the state has implemented to try to reduce the inequality of wealth in the country. This inequality stems from centuries of poor distribution based on a concentration of wealth that has its origin political and socioeconomic aspects varying system. The purpose of this study is to perform an analysis on the efficiency of the program within the municipality. This shows the evolution of ideas related to social issues, this first social movement in the mid XIX century to the present. Finally a survey is made of the related Bolsa Família in the municipality of which data of Paranaíba, after analysis, information was extracted with the intention of demonstrate that the efficiency of the program in promoting social inclusion of low-income families

Keywords: Public Policy. Distribution of Income. Social Inclusion. Poverty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Paranaíba.....	27
Figura 2 – Valores anuais nominais repassados pelo PBF do Município de Paranaíba.....	31
Figura 3 - Número de alunos em cada tipo de frequência.....	33

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Tipos de frequência no Sistema Presença.....	32
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivos Gerais	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 POLITICAS VOLTADAS PARA A QUESTÃO SOCIAL.....	15
2.2 POLITICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	19
2.3 PROGRAMAS SOCIAIS: BOLSA FAMÍLIA.....	21
2.3.1 Condicionais do Programa	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	27
3.1 LOCAL DA PESQUISA	27
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	28
3.3 COLETA DOS DADOS.....	29
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PARANAÍ: CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIADOS.....	30
4.1.1 Atendimento às Condicionais.....	33
4.2 DIFICULDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	33
4.3 APONTAMENTOS SOBRE A EFICIENCIA DO PROGRAMA.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Há algumas décadas o combate à pobreza faz parte do debate das instituições, sejam elas políticas ou não. O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país onde a desigualdade na distribuição de renda é imensa, assim grande parte da população é excluída não tendo direito às mínimas condições de dignidade e respeito. Essa desigualdade advém de séculos da má distribuição baseada num sistema de concentração de renda que tem como origem aspectos políticos e socioeconômicos variados.

As políticas públicas de distribuição de renda são uma tentativa, do Estado, de diminuir essas desigualdades. Já a partir dos anos 1990, sob influência da Constituição de 1988, diversos programas de distribuição de renda foram implantados no Brasil, entre eles: *Bolsa Escola*, *Bolsa Alimentação*, *Cartão Alimentação* e o *Auxílio Gás*. Esses programas tinham a intenção de garantir direitos básicos às famílias menos favorecidas e, por outro lado eram uma maneira do governo diminuir a diferença entre as classes sociais de forma a melhorar a imagem do país diante dos organismos internacionais.

O Programa Bolsa Família é originário da junção de alguns dos programas citados e certamente o de maior alcance nacional. Instituído pela Lei nº 10.836, de 09/01/2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5209, de 17/09/2004. Possui três principais eixos de atuação: a transferência de renda para promover o alívio da pobreza; as condicionalidades que tem como objetivo garantir o acesso a direitos básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e ainda as ações e programas complementares cuja finalidade é promover o desenvolvimento dos beneficiários para que estes saiam da situação de vulnerabilidade que se encontram.

O programa Bolsa Família é integrado ao Plano Brasil sem Miséria que tem como foco os brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00. A gestão do programa é descentralizada e compartilhada entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deste modo todos trabalham juntos na execução e fiscalização do programa e ainda de forma conjunta podem ampliar e aperfeiçoar a aplicação do programa (MDS).

O município de Paranaíba está situado na região noroeste do Paraná, possui uma população de 81.595 habitantes (censo IBGE – 2010). Sua economia é baseada basicamente na agroindústria (laranja, mandioca, aves) e pecuária. O município tem cadastradas, 1.911 famílias consideradas pobres ou extremamente pobres (abril de 2014).

O problema que se pretende investigar com este trabalho é se o Programa Bolsa Família, no âmbito do município de Paranaíba, está conseguindo cumprir o seu objetivo que, fundamentalmente, se define em promover a inclusão social das famílias de baixa renda.

A metodologia utilizada nesta pesquisa será um levantamento da bibliografia e de documentos relacionados ao tema, além de informações solicitadas às secretarias de assistência social e de educação do município. Os dados obtidos serão classificados, analisados e comparados com o intuito de identificar as dificuldades e os benefícios do programa, também será estudada sua eficiência.

1.1 JUSTIFICATIVA

As políticas públicas de distribuição de renda no Brasil tiveram seus primórdios na década de 1930, no governo Getúlio Vargas com a criação dos primeiros programas voltados a população de baixa renda. No entanto após a promulgação da Constituição de 1988 é que houve um grande desenvolvimento de programas desta natureza, os primeiros programas, ainda na década de 1990, tinham abrangência municipal. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso diversas políticas voltadas à distribuição de renda foram lançadas, desta vez com abrangência nacional, o Bolsa Família é o resultado da junção de algumas delas. (WEISSHEIMER, 2006)

Desde sua criação o programa Bolsa Família é alvo de constante debate entre seus defensores e seus críticos. Para quem o defende este é um programa necessário e fundamental para a redução da desigualdade social e econômica que existe no país. Por outro lado seus críticos o acusam de ser um programa assistencialista usado como instrumento eleitoral. Afirmam ainda que seja responsável pela criação de cidadãos acomodados que vivem em função dos

benefícios recebidos do programa e, assim sendo não resolve de forma definitiva o problema principal, a miséria. Por ser um assunto polemico justifica-se uma análise aprofundada dos seus aspectos, tanto positivos quanto negativos.

Como em qualquer parte do país no município de Paranaíba, o programa foi implementado sendo que 2.654 famílias foram atendidas pelo programa em maio de 2014 (MDS), se considerarmos uma média de quatro pessoas por família veremos que mais de 10% da população do município recebe de alguma forma os benefícios do programa. Assim sendo é de se supor que o programa tem importância considerável para a melhoria socioeconômica da população mais pobre do município. Como a população mais pobre é predominantemente de origem do êxodo rural de décadas anteriores, sua característica é a baixa escolaridade o que dificulta na obtenção de emprego de melhor qualidade.

Isso só já demonstra a importância do programa para essas famílias, mas devido às condicionalidades do programa, como a frequência escolar, os filhos destas famílias acabam por ser incentivados a frequentar a escola fazendo assim, ao menos na teoria, com que a escolaridade das famílias aumente. Considerando-se tudo isso a finalidade deste trabalho é realizar uma análise crítica das informações do programa no âmbito do município de Paranaíba para que se possa chegar a uma conclusão sobre sua real importância.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o Programa o Bolsa Família no Município de Paranaíba no Estado do Paraná.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Caracterizar no Programa Bolsa Família do governo Federal as linhas de atendimento e os beneficiados do programa no município de Paranaíba;
- Identificar os principais dificuldade e benefícios da implantação e permanência do Programa no município de Paranaíba;

- Destacar alguns apontamentos sobre a eficiência do Programa

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente fundamentação teórica está dividida em três partes, na primeira é feito um estudo das políticas voltadas à questão social no mundo, desde os seus primórdios, na metade do século XIX até os dias atuais. Na segunda parte veremos sobre as políticas de distribuição de renda, no Brasil, com as primeiras experiências a nível municipal a partir dos anos 90, chegando até o Bolsa Família. A terceira parte trata especificamente do Bolsa Família, a sua origem, os pontos positivos e negativos desta política pública e suas condicionalidades.

2.1 POLÍTICAS VOLTADAS PARA A QUESTÃO SOCIAL

A questão social no âmbito de mudanças e transformações dos países, apesar de muito pesquisada, ainda tem sido analisada de formas divergentes. Dessa forma, a definição dada por Ivo (2009) pode sintetizar alguns elementos importantes que envolvem a questão social:

A reprodução da pobreza e das desigualdades econômico-sociais nas sociedades capitalistas modernas sempre se constituíram num dilema para os ideais democráticos de igualdade. No encaminhamento deste dilema, e em meio ao embate entre socialistas e liberais, o pensamento 'moderno' delineou um conjunto de princípios e de mecanismos institucionais (políticas e direitos sociais) para afrontar a crescente diversificação socioeconômica das sociedades urbano-industriais a qual se chamou de 'questão social' (IVO, 2009, p 2).

Ou seja, a questão social é o conjunto de desigualdades sociais que surgiram com o capitalismo contemporâneo, como afirma Yasbek (2009):

A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração de seu trabalho". (2009. p 5)

No período da Revolução Industrial houve uma urbanização maciça dos países europeus, principalmente na Inglaterra, com um crescimento acelerado da população. Esse crescimento criou “um vasto exercito de proletários” tendo como conseqüência a origem da “consciência política e social, organizações proletárias, sindicatos, cooperativas”. Assim sendo se pode afirmar que as políticas sociais tiveram sua origem nas lutas sociais (PIANA, 2009, p. 23).

Sobre isso Yasbek afirma:

As políticas sociais públicas só podem ser pensadas politicamente, sempre referidas a relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece [...] às expressões da “questão social”, situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais (2009. p 4)

O liberalismo foi o sistema predominante no período que vai até os anos de 1930, este sistema “é caracterizado pelo individuo que busca seu próprio interesse econômico proporcionando o bem-estar coletivo, predomina a liberdade e competitividade”. O estado liberal deveria ser neutro, para seus defensores a miséria a vista como algo natural que não tem solução, pois, advêm da imperfeição humana, para eles “as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício e devem ser um paliativo, o que significa que a pobreza deve ser minimizada pela caridade privada” (PIANA, 2009, p 25).

A questão social, enquanto questão pública emerge da crítica marxista aos princípios da democracia liberal (liberdade e igualdades), que, diante do empobrecimento da classe trabalhadora, indagava: será que o indivíduo que não come e não dispõe de meios para ganhar a vida é verdadeiramente livre? (IVO, 2009, p 5).

Neste período a questão social foi tratada de maneira repressiva pelos Estados capitalistas sendo que as melhorias obtidas pela classe trabalhadora foram ínfimas, sem alcançar as verdadeiras causas das desigualdades. As primeiras ações mais efetivas relacionadas a políticas sociais acontecem na transição do Estado liberal para o Estado social capitalista, esse novo Estado, pressionado pelas classes

trabalhadoras, passa a ter uma visão diferente do anterior, investindo mais intensamente nas políticas sociais.

Desta forma, segundo Piana:

A busca da classe operária pela emancipação humana, a socialização da riqueza e uma nova ordem societária garantiram algumas conquistas importantes na dimensão dos direitos políticos tais como: o direito de voto, de organização e a formação de sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação, e de ampliar os direitos sociais (2009, p.26)

Após a Segunda Guerra Mundial toma forma o Estado de Bem Estar Social, baseado na teoria *keynesiana*, implantado nos Estados unidos e em países europeus tinha como finalidade fomentar o pleno emprego e minimizar a desigualdade social dos cidadãos. Na sua concepção “os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social” (PIANA, 2009, p. 30). Diferente do Estado liberal o Estado de Bem Estar Social defende a interferência no mercado e a criação de serviços sociais para diminuir as desigualdades existentes na sociedade.

Nesse sentido as políticas keynesianas buscam gerar pleno emprego, criar políticas e serviços sociais tendo em vista a criação de demanda e ampliação do mercado de consumo. Desse ponto de vista, Keynes lança o papel regulador do Estado que busca a modernização da economia, criando condições para seu desenvolvimento e pleno emprego (YASBEK. 2009. p 8).

No entanto nos países da América Latina, entre eles o Brasil, não houve efetivamente a implantação do bem estar social, pois os serviços públicos não possuíam qualidade e nem todos os cidadãos tinham acesso a eles.

No Brasil da era Vargas, a proteção social “foi seletiva e cobriu apenas parcialmente os trabalhadores regidos por relações de trabalho assalariadas” (IVO, 2009, p 6) .

Para a mesma autora:

Diferenciando-se desses pilares clássicos que organizaram as diferentes concepções dos Estados sociais na Europa, a modernidade brasileira, nucleada na noção de desenvolvimento e no projeto urbano-industrial dos anos 1950 e 1960, esteve marcada pela reprodução de desigualdades socioeconômicas, geradas, inclusive, por formas institucionais excludentes. (2009, p 6).

Nas décadas de 1970 e 1980, devido aos baixos índices de crescimento e ao declínio do socialismo no leste europeu o Estado de Bem Estar Social entrou em crise e as idéias neoliberais tomaram força na defesa do capital, incentivando a competitividade e a eficiência. Isso levou à redução das políticas sociais com cortes de programas destinados a população de baixa renda. Assim, como afirma Piana (2009, p. 34), “os rebatimentos do neoliberalismo (ideologia capitalista) nas políticas sociais são desastrosos. Estas passam a ter um caráter eventual e complementar por meio de práticas fragmentadas e compensatórias”

A partir da década de 1990, devido aos efeitos da globalização, a competição se torna ainda mais acirrada, isso faz com que o mercado pressione para redução do custo do trabalho. Esse novo cenário conduz a reformas muito mais focadas no controle de gastos públicos do que em interesses voltados ao bem estar social.

Como afirma Ivo:

[...] num quadro de acumulação globalizada e flexível e de reestruturação produtiva, seguido por mudanças sobre os papéis sociais do Estado, de reorientação liberal, configurou particularmente nos anos 1990, entre outros fatores, uma dessocialização social, caracterizada pelos elevados índices de desemprego, especialmente dos trabalhadores mais jovens; pela precarização dos empregos; e pela expansão dos indicadores de anomia e violência, que marcam as metrópoles brasileiras contemporâneas (2009, p 7).

As políticas sociais sofrem, dos anos 1990 em diante, uma reestruturação “com o objetivo de reduzir os efeitos perversos dos ajustamentos estruturais e da reestruturação produtiva, preservando-se o mercado. Esta mudança se faz pela via da focalização da política social sobre os mais pobres” (IVO, 2009, p 7). Ou seja, as políticas sociais deixam de focar na universalidade da assistência social e passam a priorizar programas voltados a classes específicas da sociedade.

Sobre isso Pires afirma que:

[...] em função da ampliação dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, em parte pela adoção de pressões para o ajuste fiscal, os anos 1990 marcam o entendimento de que os direitos sociais, universalizados pela Constituição, seriam empecilhos para a inserção do Brasil na economia internacional. (2013, p 96)

A partir dessa nova visão há uma “reorientação do desenho das políticas sociais de assistência em termos de programas compensatórios de transferência de renda.” (IVO, 2009, p 9). Assim as políticas públicas de proteção social passam a ter como foco os programas de transferência de renda condicionada.

2.2 POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A distribuição de renda é a principal ferramenta no que diz respeito à questão social, pois ela demonstra como a riqueza produzida no país está dividida entre o trabalho e o capital. Políticas Sociais têm a finalidade de serem “[...] mediadoras dessa transferência de renda, com o objetivo de garantir segurança econômica e alimentar para as famílias de trabalhadores”. (IVO. 2009. p 17)

Programas de transferência de renda foram implantados inicialmente no Brasil, a nível municipal a partir de 1995. Santos e Nascimento (2008, p 45) afirmam:

Devido às pressões da sociedade, que exigia do governo respostas para o enfrentamento da pobreza, foram desenvolvidas experiências municipais em Campinas e Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e em Brasília, no Distrito Federal. Essas foram as experiências pioneiras em programas de renda mínima.

No final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso “[...] Influenciado pelas experiências desses municípios, o governo federal adotou [...] programas de transferência de renda para as famílias pobres [...]” (SANTOS E NASCIMENTO, 2008, p 45). Esses programas passam a ser vistos como fundamentais para o combate a pobreza e como incentivadores da economia

de municípios com baixo índice de desenvolvimento, assim, “[...] houve uma clara opção de investimento do governo federal na transferência condicionada de renda, complementando ou substituindo outros tipos de intervenções, [...]” (IBASE, 2008, p. 15)

A formatação dos novos programas de focalização dissociados da dinâmica do trabalho significa um alívio de renda e uma inserção no mercado de consumo, que podem dinamizar a economia popular [...] como mecanismo de dinamização de um círculo virtuoso da microeconomia, que pode impactar sobre a economia mais ampla, mas operam fora das áreas críticas da proteção social e não necessariamente potencializam novos caminhos de integração social (IVO, 2009. p 17)

Programas com essa finalidade passam a ser considerados como o principal foco no Sistema Brasileiro de Proteção Social. Para Bichir, “os programas de transferência condicionada de renda inserem-se em um novo padrão de programas sociais voltados à população mais pobre.” (2010, p. 2)

Uma política de inclusão social com a finalidade de combater a pobreza tem que investigar maneiras de excluir as camadas miseráveis da população da situação extrema de miséria, sem utilizar o puro assistencialismo. Esta é a tendência dos programas governamentais de combate a pobreza em várias partes do mundo, que procuram aumentar sua eficácia através de medidas sustentáveis, como a busca pela inserção do pobre no mercado de trabalho do qual faz parte, mas não é atuante por uma série de motivos (SANTOS. 2007. p 49).

Programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido ha idosos com mais de 65 anos, e a pessoas deficientes de famílias que não têm condições de sustentá-los, a aposentadoria rural, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Auxílio gás, Bolsa Escola, estes últimos depois incorporados ao programa Bolsa Família, são alguns exemplos desse tipo de programa implantados nesse período. Para Bichir (2010, p. 4) “de maneira geral, tais programas têm como beneficiários os grupos mais vulneráveis, visando garantir uma rede de proteção social para os mais pobres [...]”.

Deste modo, estes programas “[...] além do alívio da miséria e da fome, visam garantir impactos positivos no desenvolvimento de capital humano, por meio da transferência de benefícios monetários [...]” (IBASE, 2008, p 15).

Por outro lado de acordo como o IBASE (2008, p 15):

A transferência condicionada de renda, em regiões onde a economia local não responde à demanda, também pode ocasionar um aumento de preço dos produtos. Portanto, ela tende a ser mais efetiva quando há dinamismo de mercado e disponibilidade de produtos para o consumo.

Considerando isso, Santos (2007. p 15) afirma que: “Uma combinação de crescimento econômico e distribuição de renda poderia levar a uma mais rápida e eficaz solução para a pobreza.”

Apesar de estes programas terem seus aspectos positivos não são suficientes para resolver todos os problemas criados pelas desigualdades no Brasil. Sobre isso Ivo afirma “Se os programas de transferência de renda representam alívio nas condições de reprodução das famílias de indigentes e pobres, eles, no entanto, são limitados quanto aos objetivos mais amplos do desenvolvimento com equidade.” (2008, p. 21)

Atualmente no Brasil, o mais importante e abrangente destes programas é o Bolsa Família. Nos próximos parágrafos estão explanadas suas características.

2.3 PROGRAMAS SOCIAIS: BOLSA FAMÍLIA

O programa Bolsa família foi instituído pela medida provisória n.º 132 em outubro de 2003, é o resultado da unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação). Seus objetivos são: o combate a miséria e a exclusão social e emancipação das famílias pobres (WEISSHEIMER, 2006)

O Programa Bolsa Família nasce da unificação de outros programas de transferência de renda ligados a diferentes setores como saúde, educação e assistência social. Portanto, seu processo de implementação é marcado pela experiência prévia desses programas e pelos distintos objetivos setoriais que os pautavam. Além disso, o PBF se consolida no âmbito de um governo comprometido com o enfrentamento da questão alimentar e, particularmente, da fome (IBASE, 2009, p. 15).

Os programas existentes anteriormente, por serem independentes, possuíam diversos problemas de sobreposição e falhas de atendimento, ou seja, algumas pessoas recebiam benefícios de mais de um programa enquanto outras ficavam desprovidas de qualquer atendimento. A unificação promovida pelo Bolsa família veio resolver este problema.

A unificação dessas ações possibilitou a emergência de um programa com desenho relativamente simples – tanto sob a perspectiva dos benefícios quanto das chamadas “condicionalidades”. A transferência de renda voltada para população produtiva em idade ativa, com ênfase nas crianças, constituiu uma novidade na política social brasileira – e, de certa forma, começou a aproximar a estrutura de benefícios sociais do país da encontrada em países com sistemas de bem-estar social mais desenvolvidos. Por sua vez, a ênfase nas condicionalidades – e, deve-se dizer, a ênfase nas condicionalidades como forma de garantir às famílias beneficiárias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social – deu corpo à percepção de que certos determinantes da pobreza precisariam ser atacados durante um tempo necessariamente longo para que as futuras gerações pudessem efetivamente ter condições de superar a pobreza. Além disso, buscou-se articular outras ações – notadamente de capacitação profissional – de forma a dar opções de menor prazo para que as famílias beneficiárias pudessem melhorar sua inserção no mercado de trabalho. (IPEA, 2013, p 27).

As políticas sociais no Brasil sempre tiveram a tendência ao assistencialismo, esse tipo de política não é eficiente no combate as desigualdades sociais. Em virtude disso, um dos desafios das políticas atuais é criar alternativas sustentáveis no combate a pobreza. O programa Bolsa Família busca, ao menos teoricamente, através de suas condicionalidades, reduzir esse caráter assistencialista;

[...] o PBF tem como proposta promover a articulação com outras políticas, criando a possibilidade de “romper” com as práticas clientelistas e paternalistas no atendimento à pobreza, especificidades tão presentes e arraigadas no sistema de proteção social brasileiro, [...] (SANTOS & NASCIMENTO, 2008, p 45)

Por ser uma política focalizada que “não está acessível a todos os brasileiros, foram definidos critérios de elegibilidade, baseados, exclusivamente, na renda familiar *per capita* mensal”, deste modo “exige uma separação entre aqueles que merecem receber e os que não precisam ou não devem receber algum tipo de

ajuda”, devido a isso “o PBF está destinado às pessoas classificadas no Cadastro Único (CadÚnico) como pobres, ou extremamente pobres.” (ÁVILA, 2013, p. 110)

Além de combater a miséria e a fome o programa também:

[...] é uma política complexa, que integra a distribuição de renda com o estímulo ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social – através da cobrança das condicionalidades –, promovendo, assim, a intersectorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do poder público. Com isso, a política pretende combater a pobreza em duas frentes: combinando objetivos de curto prazo, mediante a distribuição de renda às famílias situadas abaixo e na linha da pobreza, com objetivos de longo prazo, através do investimento na aquisição de capital social e humano das crianças e adolescentes, atuando, assim, na pobreza intergeracional. (ÁVILA, 2013, p. 108)

Neste Mesmo sentido, segundo o IBASE, além de combater a pobreza e a fome o programa pode promover a segurança alimentar. “Esse efeito pode se estabelecer pelos possíveis impactos da renda na alimentação familiar ou pelas ações de saúde que integram as condicionalidades do programa” (IBASE, 2009, p.15).

Para Ivo, o “PBF é um programa social focalizado sobre famílias ativas em condições de extrema pobreza ou pobreza, constituindo-se em alívio do orçamento doméstico”. Por não ter garantia constitucional sua sustentabilidade e implantação estão “[...] condicionadas a decisões de governos. Neste sentido, não se constitui em direito constitucional” (2008, p. 11).

Ainda de acordo com a mesma autora:

[...] o impacto do Bolsa Família sobre os beneficiários, ao nível dos territórios, a sua apropriação é distinta, segundo a configuração da economia e a conseqüente dinâmica dos mercados de trabalho territorializados. Enquanto nas regiões metropolitanas, onde prevalece o trabalho assalariado e protegido, o Bolsa Família tem caráter complementar, nas regiões rurais ele tem se constituído um mecanismo significativo de acesso à renda. [...] Vistos em conjunto, a melhoria da renda resultante da evolução positiva do valor do salário mínimo – SM e as transferências de renda dos programas sociais do Estado permitiram que um número importante de famílias escapasse da condição da miséria (indigência) e da pobreza nos últimos anos (2008, p. 12).

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em 2006, com gestores e beneficiários do programa indicou que:

[...] a importância do Programa Bolsa Família para as famílias atendidas, seja pela garantia regular de uma renda adicional ao orçamento doméstico, que potencializa o planejamento de gastos, seja pela flexibilidade no uso do recurso, que amplia o poder de escolha e o consumo. Dessa forma, a transferência de renda pode atenuar as condições de vida adversas das famílias, atendendo a diferentes tipos de necessidades cotidianas supridas pela via do mercado e possibilitando, até mesmo, o investimento em atividades produtivas (IBASE, 2006, p. 75).

Na opinião de Rego e Pinzani (2013, p. 26), o “Programa Bolsa Família, se insere em uma ainda incipiente política pública de cidadania.”. Mesmo sendo ainda insuficiente neste sentido não se pode negar as “[...] suas possibilidades de se tornar uma consistente política de formação de cidadãos se complementadas por um conjunto mais amplo de políticas públicas que visem este alvo – a formação da cidadania democrática no Brasil [...]”.

Ainda em Rego e Pinzani (2013), o programa tem grande aprovação entre as beneficiárias, contudo, estas “[...] não deixam de ressaltar a insuficiência da renda recebida para a obtenção de mais melhorias na vida, ganhar mais liberdade na escolha dos bens de consumo”. Na hipótese dos autores “[...] a renda monetária, recebida através da bolsa família, pode criar e ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de autonomização da vida em geral. Mesmo sendo compensatórias essas políticas públicas “[...] portam consigo algum poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo, devido às dimensões morais e éticas, inerentes às dotações monetárias feitas pelo Estado” (REGO & PINZANI, 2013, p 28).

A renda monetária na forma de Bolsa Família provoca alterações e impacta as vidas das pessoas, especialmente das mulheres. Contudo, o fato de serem destinatárias de semelhante rendimento não as retirou da condição de pessoas pobres, claro que não, mas elas percebem a diferença de serem reconhecidas pelo Estado das mais diferentes formas. (REGO & PINZANI, 2013, p 29)

Como pode-se ver a importância do programa, segundo os autores, vai além da distribuição de renda, sendo também uma forma de acesso à cidadania.

Os beneficiários do programa, para receberem os benefícios, têm que cumprir algumas regras denominadas condicionalidades. Estas serão estudadas a seguir.

2.3.1 Condicionalidades do Programa

O programa Bolsa Família impõe condicionalidades nas áreas de saúde e educação, que como são serviços básicos garantidos na Constituição deveriam ser garantidos a todos. Para Bier “isso pode parecer contraditório em um primeiro momento, obrigar o cidadão a usufruir de seus direitos”. Na verdade o que leva muitos pobres a não usufruírem desse direito e a “sua incapacidade de planejamento a longo prazo”, pois, a pobreza extrema obriga-os a buscar a sustentação imediata, deixando estes direitos em segundo plano. (BIER, 2009, p 64).

As condicionalidades incorporadas ao Bolsa Família são:

[...] uma tentativa de aumentar o efeito de contribuição do programa na área social e econômica do curto para o longo prazo, supondo-se que aumentando nível educacional dos extratos mais pobres da população, esse teria condições de se igualar em nível de renda com os demais extratos, rompendo assim o ciclo de transmissão de pobreza entre gerações ao mesmo tempo em que atuaria diretamente sobre os níveis de desigualdade ao reduzir as desigualdades educacionais, expandindo a possibilidade de incorporação de capital humano ao indivíduo, gerando efeitos benéficos não só aos beneficiários do programa, mas a sociedade por inteiro. (BIER, 2009, p 67)

Condicionalidades tem como objetivo de longo prazo “[...] a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza nas famílias beneficiárias.” São compromissos que as famílias beneficiárias tem que cumprir para continuar recebendo os benefícios. “Dessa forma, espera-se que as famílias tenham seu acesso aos serviços sociais básicos reforçado, não apenas por meio de incentivos para que elas os acessem, mas também ao pressionar os governos locais a garantir uma oferta adequada.” Desta forma ao monitorar o descumprimento das condicionalidades é possível identificar as vulnerabilidades que impedem o acesso das famílias a esses direitos.

Com a identificação das falhas é possível promover “ações específicas dos provedores locais de serviços sociais” para solução destas (SANTOS, 2013, p. 46).

As condicionalidades educacionais partem do pressuposto que “para melhorar os indicadores educacionais de uma sociedade é necessário aumentar os índices de frequência escolar e o tempo de permanência dos jovens na escola”. A análise dos efeitos do aumento da frequência escolar é bastante complexa, pois, depende de longo prazo para que se possa alcançar resultados, e, além disso, sem o aumento do “padrão educacional” por parte do poder público, com investimentos na qualidade do serviço, não diminuirá o “abismo existente entre a qualidade de ensino do sistema público e privado” (BIER, 2009, p 68).

Condicionalidades educacionais se tornam ineficazes diante de sistemas educacionais defasados, esses programas têm um restrito campo de atuação no aprimoramento do capital humano em longo prazo se não vierem acompanhados de políticas educacionais eficazes, capazes de romper a brutal diferença entre a qualidade de ensino dos sistemas público e privado, característica marcante no ensino brasileiro, tal diferença que se torna uma das principais perpetuadoras da pobreza e da desigualdade. Portanto, programas de transferência condicionada não podem ser vistos como substitutos de investimentos educacionais, a ponto de poder proporcionar resultados inversos dos esperados. (BIER, 2009, p 68)

Na área da saúde as condicionalidades “visam promover a saúde das gestantes e cuidados com a saúde das crianças das famílias beneficiárias, desde seu nascimento até o período pré-escolar”. A existência de condicionalidades nesta área “evidencia a extrema vulnerabilidade social a que está exposta parcela considerável da população”. A focalização do programa nas gestantes e crianças se deve a que este período da vida é fundamental para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos, pois, um avanço educacional satisfatório depende de boas condições de saúde. (BIER, 2009)

Em resumo, as condicionalidades são uma maneira de o Estado “incentivar” os usuários do programa a usufruírem de direitos sociais que, devido às dificuldades socioeconômicas e culturais estes não o fazem.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A partir da fundamentação teórica apresentada e com intuito de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, será apresentada a seguir a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento da pesquisa.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

O estudo será realizado na cidade de Paranavaí, localizada no noroeste do Estado do Paraná, com população estimada em 2013, de 85.643 habitantes e área territorial de 1.202,266 km² (IBGE, 2013). A localização do objeto de estudo está destacado na Figura abaixo.



Figura 1 – Mapa de localização de Paranavaí

Fonte:Internet

Paranavaí, hoje, tem uma característica de diversificação econômica, pois ao mesmo tempo em que se têm indústrias de alimentos (farinheiras, ind. de suco, de refrigerantes) têm-se indústrias de jóias, de equipamentos ópticos, de balanças de precisão para o setor pecuário na indústria (IBGE, 2010).

3.2 TIPO DE PESQUISA

De acordo com sua finalidade está pesquisa classifica-se em pesquisa básica, quanto ao objetivo geral esta é uma pesquisa exploratória.

De acordo com Gil a pesquisa exploratória;

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (1991, p 45)

No que diz respeito aos métodos empregados para a coleta dos dados, classifica-se em pesquisa bibliográfica e documental. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1991, p. 48). Para o mesmo autor a pesquisa documental;

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 1991, p. 51).

A forma de abordagem dos dados é tanto quantitativa quanto qualitativa, pois, alguns dados serão utilizados estatisticamente enquanto outros serão analisados indutivamente.

A pesquisa quantitativa utiliza-se de técnicas estatísticas tanto na coleta como na análise das informações. Deste modo evita interpretações erradas e possíveis distorções, possibilitando uma maior margem de segurança. Por outro lado, a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de um problema, assim é preciso compreender todos os processos vividos por um determinado grupo e como estes influenciam nas mudanças (DIEHL, TATIN, 2004).

3.3 COLETA DOS DADOS

Para a coleta dos dados será realizado um levantamento da bibliografia e de documentos relacionados ao objeto da pesquisa. Estes documentos são: o Boletim Informativo do Programa Brasil sem Miséria e o Relatório Informativo do Bolsa Família, ambos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Além disso, serão solicitadas informações à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Secretaria de Educação do município de Paranaíba, para coleta de dados estatísticos sobre os beneficiários do programa no município. Os dados obtidos serão classificados conforme sua relevância para o objetivo da pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, as informações coletadas serão comparadas a dados de amplitude nacional e regional, dados estes extraídos do CENSO e do próprio PBF. Assim pode-se fazer uma relação entre a eficiência do programa no município e a nível nacional, deste modo, poderá ser observado qual o nível de efetividade das ações do programa no município.

Algumas informações serão analisadas subjetivamente levando em consideração os conceitos defendidos no referencial teórico deste trabalho. De acordo com Rego & Pinzani, estas políticas tem algum poder de induzir a formação de cidadãos em sentido substantivo, pois, trazem consigo dimensões morais e éticas (2013). Considerando isso, serão observadas como as ações desenvolvidas no município influenciam na formação da cidadania dos beneficiários.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após o levantamento e classificação das informações será feita uma análise dos dados coletados. Os dados serão tabulados utilizando o software Microsoft Excel. O programa será utilizado para a geração de gráficos e tabelas. Essa forma de demonstração torna mais fácil a compreensão além de possibilitar a comparação de um dado com outro e encontrar novas informações.

A partir daí os resultados serão confrontados com os conceitos defendidos no referencial teórico para que seja feita uma comparação entre eles. Os resultados serão utilizados na elaboração e conclusão da monografia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da análise dos dados está dividido em três partes, na primeira estão informados os dados relacionados ao programa no município tais como, número de beneficiários, valores distribuídos, beneficiários cumprindo condicionalidades, entre outros. Na segunda parte, são verificadas as dificuldades de implantação e manutenção do programa. Na última são feitos apontamentos sobre a eficiência do programa no município.

4.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PARANAÍ: CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIADOS

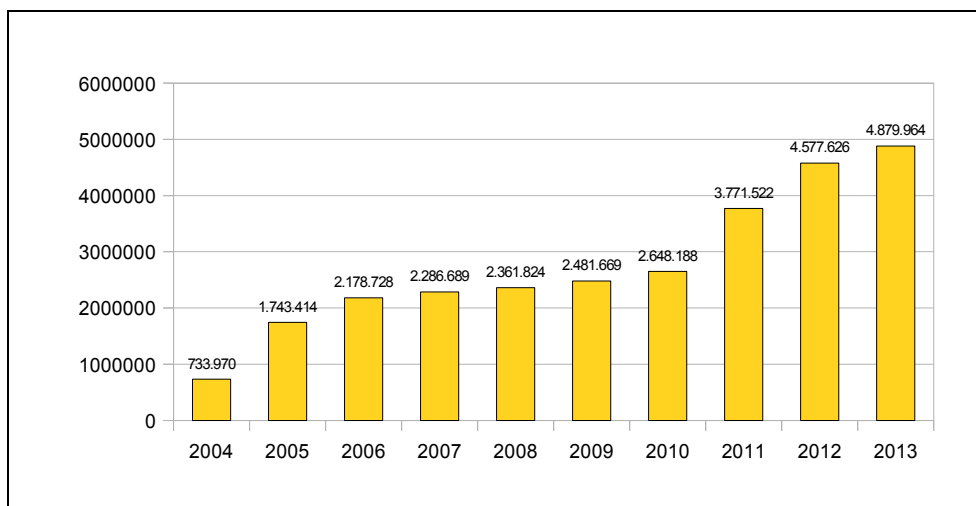
O Programa Bolsa Família, ao promover integração com outras políticas busca acabar com o paternalismo tão presente na sociedade brasileira (SANTOS & NASCIMENTO, 2008). As condicionalidades do programa ao garantir o acesso dos beneficiários a serviços básicos nas áreas da educação, saúde e assistência social permitem as futuras gerações ter condições de superar a pobreza. Além disso, ações relacionadas à capacitação profissional visam melhorar a inserção no mercado de trabalho (IPEA, 2013). Em Paranaíba, ações como as citadas foram implementadas e estão descritas a seguir.

No município de Paranaíba o programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Fazem parte desta política, além da SEMAS a Secretaria de Educação a Secretaria de Saúde e os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, estes últimos responsáveis pelo acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades.

Os beneficiários do programa cadastrados no município de Paranaíba receberam juntos o valor de R\$ 4.879.964,00 no ano de 2013. Desde a implantação do programa em 2004, a soma dos recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 564,87%. A evolução do montante recebido pode ser visualizado na Figura 2. O montante de recursos transferidos pelo programa

juntamente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹ representaram em 2013, 71,40% do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Figura 2 - Valores anuais nominais repassados pelo PBF do Município de Paranavaí (R\$)



Fonte: MDS, 2013

No mês de julho de 2014, o número de famílias beneficiadas pelo programa foi de 2.764. Na base nacional do Cadastro Único (CadÚnico) no mês de junho haviam 9.130 famílias cadastradas, no entanto, somente 4.286 declararam renda per capita de até R\$ 140,00, critério estabelecido pelo Programa Bolsa família para recebimento da bolsa. Deste modo, 1.522 famílias aguardam o recebimento do benefício.

Por outro lado, no CENSO de 2010, 2.214 famílias declararam renda per capita que caracterizou perfil Bolsa Família (IBGE). Se compararmos os dados observa-se que existe uma diferença de cerca de 90% entre as informações do CadÚnico e do CENSO, é certo que existe uma defasagem de 42 meses entre uma pesquisa e outra, o que, em parte justifica essa grande desigualdade de dados.

1

O BPC garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo vigente ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. (MDS)

4.1.1 Atendimento às Condicionalidades

Condicionalidades são, basicamente, obrigações que os beneficiários têm que cumprir para continuar recebendo os benefícios. Existem condicionalidades na área educacional, onde é cobrada a frequência das crianças na escola. Também há condicionalidades na saúde, aqui a exigência é relacionada ao acompanhamento das crianças da família beneficiária.

Na área da educação o programa tem 3.880 alunos cumprindo condicionalidades, de um total de 14.500 alunos divididos entre escolas estaduais e municipais. São dois os critérios de cumprimento definidos pela idade dos alunos, o Bolsa Família Básico, concedido a famílias com e crianças e adolescentes de 0 a 15 anos no valor de R\$ 35,00 com o limite de cinco benefícios por família, e o Bolsa Variável Jovem para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos no valor de R\$ 42,00 nesta a família pode acumular até dois benefícios (tabela 1). O acompanhamento da frequência é registrado no Sistema Presença pelas escolas.

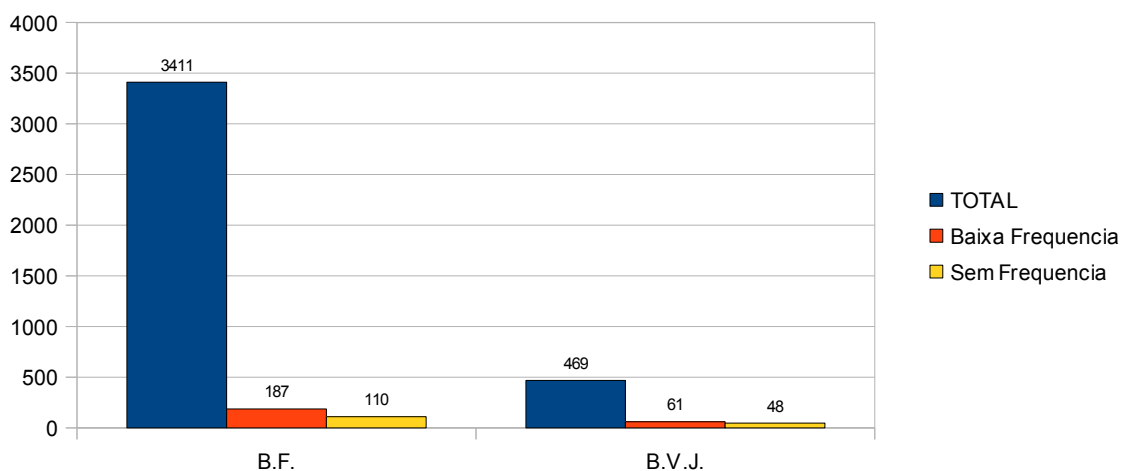
Tabela 1 – Tipos de Frequência no Sistema Presença

Tipo de Frequência	Frequência Acima de (%)	Idade (anos)
BF - Bolsa Família Básico	85	06 a 15
BJV – Bolsa Variável Jovem	75	16 e 17

Fonte: SME, 2014

A Secretaria de Educação do município faz acompanhamento dos dados de frequência através de relatórios gerenciais. Os casos de evasão são encaminhados a coordenação do PBF para providencias que pode ser uma visita a família, o encaminhamento ao Conselho Tutelar e até mesmo repassado a Promotoria da Infância e Juventude. No gráfico a seguir (Figura 3) estão os números de alunos em cada tipo de frequência. São considerados sem frequências aqueles que mudaram de cidade e não informaram, alunos que já completaram a idade e não foram retirados do sistema, alunos falecidos e alunos evadidos.

Figura 3 – Número de alunos em cada tipo de frequência



Fonte: SME, 2014

No município, 95,82% das crianças e jovens de 6 a 17 anos tem acompanhamento da frequência escolar. O município está acima da média nacional que é 92,03%.

Na área da saúde no município havia em 2013, 2.046 famílias com 1.389 crianças acompanhadas. Nesta área o acompanhamento chega a 73,28%, a média nacional é de 73,44%, ou seja, neste quesito o município está abaixo da média (MDS, 2013).

No mês de julho de 2014, 29 famílias tiveram seus benefícios (básico, variável e BJV) bloqueados e 105 foram advertidas por faltas no acompanhamento das condicionalidades, estas ultimas receberam o benefício (SEMAS, 2014).

4.2 DIFICULDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Mesmo sendo um programa que, sem dúvida traz muitos benefícios a população mais pobre do país, o PBF possui falhas em sua execução, que precisam ser corrigidas pelos gestores do programa, de maneira a aperfeiçoar sua execução. Segundo Santos (2007, p 44) uma das falhas está em que o programa “[...] não estabelece como uma das metas principais a serem atingidas a questão da inserção ocupacional dos pobres que recebem o benefício no mercado de trabalho.” De

acordo com ele o programa deveria “[...] também condicionar o recebimento do benefício à obrigatoriedade de participação das famílias pobres em cursos de capacitação profissional.” Outro problema, segundo o mesmo autor, é o fato de pessoas das classes média e alta estarem recebendo benefícios do programa enquanto outras que necessariamente precisam do benefício não o receberem. Isso se deve ao fato de o cadastro ser realizado pelas prefeituras, e funcionários mal intencionados fazerem uso indevido do programa. “Estes desvios, ao invés de promover uma melhor distribuição de renda, provocam uma concentração da mesma.” (SANTOS, 2007, p 44)

Considerando tudo isso, é certo que o programa necessita de respostas efetivas por parte dos gestores do país, para as demandas existentes. É necessário que haja uma articulação entre todas as políticas sociais e não somente com relação ao programa Bolsa Família (SANTOS & NASCIMENTO, 2008, p. 49).

Na definição de Bier (2009, p 74):

[...] o PBF deve ser visto como um programa que faz parte de uma rede, que por si só não tem condições de atuar em mudanças conjunturais eficazes no combate a pobreza por agir apenas de um lado. A visão desses programas como complementares é aceita internacionalmente e reconhecida pelos elaboradores do PBF ao passo que induzem a criação de programas complementares ao programa e aumentam a cobrança por investimentos do estado nas áreas da educação e saúde como passo seguinte à complementação do programa. A contraposição ou falta de combinação de políticas de oferta e demanda tendem apenas a prejudicar o alcance dos objetivos do programa, sendo necessária uma combinação entre tais políticas com um estudo da melhor alocação dos recursos para o alcance de um custo adequado para maximização dos benefícios advindos do programa.

Contudo não se pode negar a importância do programa para as pessoas que tem dificuldades de entrar “[...] no mercado de trabalho e não podem esperar por mudanças em longo prazo que, há anos, são discutidas e prometidas aos segmentos mais pobres da população brasileira” (SANTOS & NASCIMENTO, 2008, p 49). De acordo com as mesmas autoras (2008, p 49) “ser contra a idéia da transferência de renda, nos dias atuais, é, no mínimo, um ato insensato, uma vez que seria deixar inúmeras famílias na extrema pobreza, sem alternativas de condições mínimas de sobrevivência.”

No caso do município de Paranavaí, a estas dificuldades soma-se, conforme levantado pela coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS),

o problema da integração entre os diversos setores que fazem parte desta política pública. Desde os Ministérios, Secretarias Nacionais, Estaduais e Municipais há problemas para um trabalho intersetorial. Essa falta de integração gera informações desencontradas e falhas na manutenção do programa.

4.3 APONTAMENTOS SOBRE A EFICIENCIA DO PROGRAMA

No que diz respeito às condicionalidades a eficiência do programa pode ser verificada na alta taxa de acompanhamento dos beneficiários, visto que na área da educação o município está acima da média nacional. Dos alunos acompanhados pode-se observar, através dos dados, que a maioria tem índice alto de frequência, isso demonstra que nesta condicionalidade, cuja finalidade é manter o aluno na escola, o programa está sendo eficiente. Na saúde, embora abaixo da média nacional, ainda assim o acompanhamento é satisfatório, pois do total de crianças acompanhadas praticamente todas estão com a vacinação em dia e têm os dados nutricionais monitorados.

De janeiro de 2012 a maio de 2014, foram efetuadas 972 matrículas em cursos profissionalizantes ofertados, prioritariamente aqueles inscritos no cadastro único (MDS, 2014). Isso demonstra que muitos beneficiados pelo PBF têm procurado capacitação, desta forma podem conseguir melhores empregos com melhor remuneração e conseqüentemente não necessitarão mais dos benefícios do programa. A SEMAS não possui informações sobre o número de beneficiários que entram no mercado de trabalho após realizarem os cursos, assim não é possível verificar qual o grau de eficiência destes cursos. Contudo pode-se considerar como ponto positivo do programa.

Outro dado do programa é que, de julho de 2011 a maio de 2014, houve uma diminuição de 18,04% no total de famílias atendidas no município (MDS). As informações não deixam claro qual foi o motivo que levou estas famílias a deixarem o programa. No entanto, o fato de não estar aumentando o número de atendidos pode ser considerado como algo positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade realizar uma análise do PBF no município de Paranaíba. As informações levantadas com a gestão do programa no município mostram, mesmo com algumas falhas, que o objetivo do programa tem sido alcançado.

O que se observou foi que o Programa Bolsa Família tem por finalidade retirar as famílias de baixa renda da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, para isso se utiliza da transferência de renda. Os valores oriundos dessa transferência além de aliviar a vida destas famílias, também incentivam a economia do município, pois esse valor que é considerável entra no mercado e ajuda a promover o desenvolvimento econômico. Assim o programa não auxilia somente os seus beneficiários, mas de uma forma indireta também o município de maneira geral. Por outro lado, se estas mesmas pessoas estivessem integradas ao mercado de trabalho, recebendo seus salários, estes somariam um valor ainda mais alto injetado na economia do município.

No que se refere às críticas, algumas delas não são inerentes ao programa, mas são problemas da sociedade brasileira, tais como, a corrupção e a ideia de “levar vantagem”, atitudes estas muito difundidas entre os brasileiros. Uma das críticas é justamente sobre pessoas que não necessitam e recebem os benefícios do programa, não se pode dizer que isso é uma falha do programa, mas sim algo cultural assim sendo de difícil controle. Estas atitudes podem ser verificadas nas mais diversas áreas da sociedade, e não somente nos programas com o PBF.

Uma ideia defendida pelos críticos é que o programa incentivaria as famílias a terem muitos filhos para receberem mais benefícios. Isso não é totalmente correto, pois existe limite no número de benefícios e ter muitos filhos não significa receber mais. A SEMAS não possui dados sobre o número de filhos nas famílias dos beneficiários, mas se fizermos uma média do número de crianças atendidas pelo programa com o número de famílias chegaremos a 1,92 crianças por família. A média da região sul do país é de 1,78 (CENSO 2010), o que demonstra que essa crítica não se confirma.

O fato é que o programa precisa de melhorias, principalmente em relação à fiscalização para que falhas sejam minimizadas. É preciso uma maior integração entre os diversos setores que envolvem esta política e, é necessário também que o

programa tenha como meta a inserção ocupacional de seus beneficiários, para que estes não dependam do programa indefinitivamente.

O município de Paranaíba não está livre destes problemas, mas mesmo assim o PBF, no âmbito do município, tem tido sucesso naquilo que é seu principal objetivo, retirar as famílias de baixa renda da situação de miséria e promover sua inclusão social.

REFERÊNCIAS

ÁVILA M.P.; **QUE PENSAM AS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA?** Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 105-122

BICHIR, R. M.; **O BOLSA FAMÍLIA NA BERLINDA? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda.** *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.87, pp. 115-129. 2010.

BIER, L. A. L.; **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS CONDICIONALIDADES.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. PORTO ALEGRE. 2009

DIEHL, A. A.; TATIN, D C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GIL, A. C.; **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed.; São Paulo : Atlas, 1991.

IBASE; **REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS.** DOCUMENTO SÍNTESE – JUNHO 2008

IBGE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411840&search=parana|paranavai>. acesso em 07/07/2014

IVO, A.B.L.; **POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA e TRABALHO: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico;** revista *Bahia Análise & Dados*: “Estado Brasileiro e políticas sociais: contribuições para o debate brasileiro”, v. 17, n.4, pp 1121-1133, 2008

IPEA. **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania** /organizadores: Campello, T.; Neri, M. C.; 494 p. Brasília, 2013.

MDS. **O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO.** Boletim Informativo. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/municipios>. Acesso em: 18/08/2014

_____. **RI Bolsa Família e Cadastro Único.**

Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>
Acesso em: 18/08/2014

PIANA, M.C.; **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>

PIRES, A.; **O Programa Bolsa Família no contexto das políticas de proteção dos estados de bem-estar social: apontamentos para discussão**. Impulso, Piracicaba p 91-101, out.dez. 2013

PNUD; **Ranking IDHM Municípios 2010**

Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>
Acesso em 07/07/2014

REGO, W.D.L.; PINZANI A.; **LIBERDADE, DINHEIRO E AUTONOMIA: O caso da Bolsa Família**, POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, 38, Abril de 2013, pp. 21-42

SANTOS, I. S.; **BOLSA FAMÍLIA: CONCEPÇÕES, ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DESTE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM ENFOQUE NO ASSISTENCIALISMO**; Trabalho de conclusão de curso; Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

SANTOS, H.P.O.; NASCIMENTO, M.F.M.; **Considerações sobre o programa bolsa família: avanços ou recuos na “proteção social”?**; Teor. Pol. e Soc. v.1, n.1, p. 43-50, dez. 2008

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. Paranavaí. 2014

SME – Secretaria Municipal de Educação. Paranavaí. 2014

WEISSHEIMER, M. A.; **Bolsa família : avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 160 p.

YASBEK, M. C.; **ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS**

Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/viewFile/39/24>
Acesso em: 13/07/14